





Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.

CNPJ nº 15.743.303/0001-71

Demonsstrações do Resultado - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

Demonsstrações dos Fluxos de caixa - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

Demonsstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

Notas Explicativas às Demonsstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Passivo Circulante Fornecedores Fornecedores de projetos em construção Empréstimos e financiamentos Impostos e contribuições a pagar Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

Contexto operacional Licença de Comercialização de Energia S.A. (a "Companhia" ou "PGC") e uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Antônio dos Lopes, no Estado do Maranhão, local onde possui autorização para operar usinas termelétricas a gás natural, usinas eólicas e pioneira no Brasil na geração e comercialização de energia elétrica.

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utiliza estimativas e julgamentos contábeis críticos que podem afetar o resultado das demonstrações financeiras.

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

5. Receita operacional líquida: Prática contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia.

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

6. Custos e despesas por natureza: Custos regulatórios Depreciação e amortização Aluguéis Pessoal Energia elétrica para revenda Insumos de geração Material de consumo Seguros operacionais Serviços de terceiros Outros

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

7. Resultado financeiro: Recreitas financeiras Aplicação financeira Multas e juros recebidos ou auferidos Variação cambial e monetária Outras

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

8. Tributos a recuperar: O saldo da conta de IRPJ e CSL a recuperar está representado a seguir: Imposto de Renda - IRL Contribuição Social - CSL

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

9. Composição dos saldos: Faixa de depreciação Custo Equipamentos informáticos Móveis e utensílios Imobilizado em curso Direito de uso Total

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

10. Composição dos saldos: Faixa de depreciação Custo Equipamentos informáticos Móveis e utensílios Imobilizado em curso Direito de uso Total

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

11. Composição dos saldos: Faixa de depreciação Custo Equipamentos informáticos Móveis e utensílios Imobilizado em curso Direito de uso Total

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

12. Composição dos saldos: Faixa de depreciação Custo Equipamentos informáticos Móveis e utensílios Imobilizado em curso Direito de uso Total

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

13. Composição dos saldos: Faixa de depreciação Custo Equipamentos informáticos Móveis e utensílios Imobilizado em curso Direito de uso Total

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

14. Composição dos saldos: Faixa de depreciação Custo Equipamentos informáticos Móveis e utensílios Imobilizado em curso Direito de uso Total

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários Contas a receber Estoque Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar Outros impostos a recuperar Operações comerciais com partes relacionadas Outros

Demonsstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2023 e 2022. (Em milhares de reais)

**PARNABA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A. - CNPJ Nº 15.743.303/0001-71**

Companhia para referência financeira e contábil dos pleitos apresentados pelas contrapartes até o momento, considerando que o rito de arbitragem permite ajustes nos pleitos apresentados no curso do procedimento. Já os pedidos descritos no parágrafo seguinte são aqueles indicados pelas próprias partes no termo de arbitragem, documento oficial que inaugura a disputa, no qual estão fixados os pontos controversos e valores envolvidos nos pleitos formulados, celebrados por todas as partes e pelo próprio Tribunal Arbitral. Os pedidos formulados contra a Companhia são estimados em R\$221.128, enquanto os pedidos reconventionais apresentados pela Companhia são estimados em R\$250.000.

**22. Partes relacionadas: Prática contábil:** As transações de compra e de venda de energia são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. Em 31/12/2023 e 2022, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Operações comerciais</b>						
Eneva Comercializadora de Energia S.A.	25.023	87.162	19.506	55.110	30.435	59.093
Parnaba II Geração de Energia S.A.	21.249	21.205	10.943	10.958	77	(12)
Eneva S.A. (a)	496	398	96.116	174.066	(363.225)	(363.509)
Outros	5.290	4.535	253	253	37.046	5.247
	<b>52.058</b>	<b>113.300</b>	<b>126.818</b>	<b>240.387</b>	<b>(295.667)</b>	<b>(299.181)</b>
<b>Dividendos a pagar</b>						
Eneva S.A. (b)	-	-	-	82.707	-	-
Eneva Participações III S.A. (b) / (c)	-	-	31.386	-	-	-
	-	-	<b>31.386</b>	<b>82.707</b>	-	-
	<b>52.058</b>	<b>113.300</b>	<b>158.204</b>	<b>323.094</b>	<b>(295.667)</b>	<b>(299.181)</b>
<b>Circulante</b>	<b>30.340</b>	<b>25.144</b>	<b>158.204</b>	<b>227.989</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>21.718</b>	<b>88.156</b>	-	<b>95.105</b>		

(a) São saldos compostos basicamente pela venda do gás natural e arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás (UTG). (b) Em junho de 2023, Eneva S.A. e Eneva Participações III S.A. efetuaram uma reorganização de participação societária, onde a Eneva Participações III S.A. passou a ser detentora das totalidades das ações da PGC, exercendo seu controle. Os dividendos a pagar gerado pela PGC a partir do exercício de 2023, deve ser 100% destinado a Eneva Participações III S.A. (c) Do total de R\$81.386 de dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2023, R\$50.000 já foram pagos antecipadamente em dezembro, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

**Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria:** De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da Controladora efetuar a distribuição da verba entre eles. Durante os exercícios de 2023 e 2022, a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Companhia.

**23. Patrimônio líquido: 23.1 Capital Social:** Em 31/12/2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$901.736. A Companhia possui ações ordinárias, escrituradas e sem valor nominal. O capital autorizado em 31/12/2023 é composto por 901.735.591 ações autorizadas.

Acionista	2023		2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eneva S.A.	-	-	901.735.591	100%
Eneva Participações III S.A.	901.735.591	100%	-	-
<b>Total</b>	<b>901.735.591</b>	<b>100%</b>	<b>901.735.591</b>	<b>100,00%</b>

No dia 13/06/2023, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Eneva Participações

III S.A. ("Eneva III"). Nesta data o Conselho de Administração da Eneva S.A. aprovou aumento de capital em sua controlada integral Eneva III com a contribuição da participação detida pela Eneva S.A. em PGC. Portanto, após a conclusão do aporte de capital, a Eneva III passou a ser a detentora da totalidade das ações da PGC e a exercer o seu controle. **23.2 Reserva Legal:** De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social. Em 31/12/2023 o saldo da reserva legal é de R\$32.884. **23.3 Reserva de incentivo fiscal:** A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos. Para os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia constituiu, respectivamente, R\$39.862 e R\$4.916 de incentivo fiscal da SUDENE. **23.4 Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral, conforme a Lei nº 6.404/1976. Em 31/12/2023 o saldo da reserva de retenção de lucro é de R\$182.113. **23.5 Outros resultados abrangentes:** As mudanças do patrimônio líquido que não representam receitas e despesas realizadas são denominadas Outros Resultados Abrangentes (ORA) e incluem alterações que poderão afetar o resultado de períodos futuros ou, em alguns casos, nem mesmo circularem pelo resultado. Em 31/12/2023, os saldos de outros resultados abrangentes são compostos por ganhos/perdas com derivativos. **23.6 Dividendos:** A distribuição de dividendos para o acionista da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no artigo 202 da Lei 6.404/76. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou Extraordinária. A distribuição do lucro líquido do exercício em 31/12/2023 está apresentada no quadro abaixo:

	2023
Lucro líquido do exercício	213.299
Absorção de prejuízos acumulados	-
Constituição de reserva legal	(10.665)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(39.862)
<b>Base para distribuição de dividendos</b>	<b>162.772</b>
Dividendo mínimo obrigatório (a)	(81.386)
Constituição de reserva de retenção de lucros	(81.386)

(a) Do total de R\$81.386 de dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2023, R\$50.000 já foram pagos antecipadamente em dezembro, conforme mencionado na nota explicativa nº 22 - "Partes Relacionadas". Durante o exercício de 2023, a Companhia aprovou o pagamento de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2022 no valor de R\$82.710, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18/05/2023.

Diretoria	
Lino Lopes Cançado	Diretor Presidente
Marcelo Campos Habibe	Diretor Administrativo e Financeiro
Controladoria	
Bruno Campelo	Contador - CRC-RJ 106648/O-9

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Aos Administradores e Acionistas da Parnaba Geração e Comercialização de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Parnaba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parnaba Geração e Comercialização de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Valor recuperável dos impostos diferidos ativos:** Conforme nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras: **Principais assunto de auditoria:** A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados às diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com base em estudos que contêm projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que incluem premissas relevantes relacionadas: (i) ao volume de despacho e ao preço de venda de energia estimados; (ii) gastos para manutenção de equipamentos; (iii) gastos com insumos; (iv) crescimento econômico projetado para o setor; e (v) investimentos de capital. Em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade relacionados às premissas utilizadas nas projeções para se estimar os lucros tributáveis futuros, se fossem alteradas poderiam resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Obtermos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo: a avaliação da política de aprovação dos orçamentos, a determinação das premissas e das projeções utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos: (i) a razoabilidade e a consistência das principais premissas utilizadas na preparação das projeções, que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros; (ii) a aderência às práticas usuais de mercado para as metodologias e para os julgamentos utilizados na determinação das projeções; (iii) se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e se não apresentavam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros. - Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável os valores de imposto de renda e contribuição social diferido ativo e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31/12/2023. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 27/03/2024.

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ  
Luís Claudio França de Araujo - Contador CRC RJ-091559/O-4

# O DIGITAL TAMBÉM É O NOSSO NORMAL!

# 8

**MILHÕES DE ACESSOS**  
**o imparcial.com.br**



**Nosso papel tá on, tá impresso, todo dia**

c01 a 04 pdf

Código do documento bf012088-df0a-4348-8ae1-7a40ab2d6565



## Assinaturas



EMPRESA PACOTILHA SA:06271258000109

Certificado Digital

maramaldothay@gmail.com

Assinou

## Eventos do documento

### 12 Apr 2024, 19:11:34

Documento bf012088-df0a-4348-8ae1-7a40ab2d6565 **criado** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email:priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-04-12T19:11:34-03:00

### 12 Apr 2024, 19:12:26

Assinaturas **iniciadas** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email:priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-04-12T19:12:26-03:00

### 12 Apr 2024, 19:13:23

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EMPRESA PACOTILHA SA:06271258000109 **Assinou** Email: maramaldothay@gmail.com. IP: 177.99.5.230 (177.99.5.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 22562). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Servico Federal de Processamento de Dados - SERPRO,OU=Autoridade Certificadora ALTERNATIVE,OU=A1,CN=EMPRESA PACOTILHA SA:06271258000109. - DATE\_ATOM: 2024-04-12T19:13:23-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):6ab451dadf9baaea19fbe9178ecce906a98f8d82bdda540adb4aaa2a9fcc70

(SHA512):95d569a7c7df63f6b9ca078bd67d32a39dadb960b3ee051b72c6c70089ebc8f7ad660d4db23a5ad77ee651c49a601e52f0c3c154449c7c81411cfb2245100e2d

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**